FEV/MAR/ABR 2015

Mandato de **ideias** e **iniciativas**

É TEMPO DE RESISTÊNCIA | DEPUTADO ESTADUAL RENATO ROSENO | PSOL

O que nos guia para além dos três meses de exercício e aprendizado

Esse é o primeiro trimestre do primeiro mandato estadual do PSOL no Ceará, eleito na Frente de Esquerda (PSOL, PSTU e PCB). O momento atual é crítico. A crise é múltipla. É política, econômica, social e ambiental. Os cartazes de 2013, na sua linguagem manuscrita, expressavam a crise de representatividade resumida na assertiva "Não me representa" e, portanto, a demanda de mais participação. Além da crise de representatividade, correta em sua essência e forma, afinal defendemos a radicalização democrática e a ampliação das formas diretas de democracia, se soma a emergência da crise econômica e ambiental.

Os ajustes da presidenta Dilma Rousseff e do ministro da Fazenda Joaquim Levy, anunciados ainda em 2014, não permitem tergiversar: estamos vivendo uma ofensiva de ataque aos direitos e garantias das maiorias. O Congresso Nacional, talvez o mais conservador desde a redemocratização, dá sua contribuição: elege uma pauta obscurantista – redução da idade penal, a Proposta de Emenda Constitucional que transfere a competência da União na demarcação das terras indígenas para o Congresso Nacional, o Projeto de Lei das Terceirizações... Enquanto isso, aprofunda-se um modelo econômico ecocida, etnocida e genocida.

No Ceará, iniciamos o mandato com o desafio de sermos uma ferramenta de oposição de esquerda às décadas de "pensamento monolítico" em nosso Estado. Pensamento e ação governamental que têm direcionado investimentos públicos para um modelo atrasado de economia, concentrador de riquezas e destruidor da natureza. Os resultados e limites dessas décadas se apresentam de maneira cruel: mais de um milhão de miseráveis, esvaziamento da agricultura familiar e camponesa, concentração urbana, negação de serviços públicos básicos, explosão da crise urbana e violência letal contra jovens. Por isso, o mandato, desde dezembro, percorreu quase todas as regiões do Ceará, coletando demandas e sugestões. Foram feitas várias plenárias temáticas e regionais que nos permitiram pensar a ação política voltada a cinco eixos: defesa do mundo do trabalho, direitos humanos, meio ambiente, terra e território, fortalecimento do poder popular. Cada um desses eixos contempla uma infinidade de temas e possibilidades.

Ao lado das questões temáticas, entendemos que é estratégico pensar e exercitar novas relações políticas, fortalecendo o sentido de pertencimento da atividade política. Buscamos nossa força na coerência com nossos princípios e com o programa pelo qual nos apresentamos à sociedade. Entendemos nossa legitimidade como fruto da aliança prática com os sujeitos políticos em luta. Esses 90 dias foram de aprendizado e exercício. Esperamos um mandato em que muitos e muitas se sintam não somente representados, mas parte integrantes de um processo de resistência criativa, anticapitalista e socialista, em favor dos interesses imediatos e históricos da maioria.

Renato Roseno

Cisterna para captação de água da chuva é uma alternativa simples às grandes obras hídricas

Ilustração: Marcos Venicius da Costa

Água para quem precisa

13 de fevereiro

No primeiro pronunciamento como deputado estadual, Renato Roseno **criticou a gestão das águas no Ceará**: 77% das outorgas de água, concessões pelo Governo do direito ao uso de água, são para a agricultura irrigada, 11% para a indústria, 7% para o abastecimento público e 4% para outros usos. A termelétrica do Pecém gasta 6% da água, pagando apenas 50% do valor da tarifa pelo consumo e gerando só 398 empregos.

25 de fevereiro

O deputado **questionou o governador Camilo Santana** durante visita ao Legislativo estadual. "Seria um gesto muito importante de Vossa Excelência dar prioridade ao abastecimento humano e não à atividade econômica perdulária. Essa demanda usa técnicas patrocinadas pelo agronegócio, sob incentivo governamental".

27 de fevereiro

"**O consumo humano não é o grande responsável pela crise hídrica**. Nossa crítica é ao modelo econômico impulsionado nas últimas décadas no Ceará", apontou, questionando a atração de empreendimentos que consomem muita água para um Estado que tem 90% do território no semiárido.

30 de março

Apoia o Projeto de Iniciativa Compartilhada, entregue à Assembleia Legislativa pela Cáritas Regional Ceará, **para uma política de captação, armazenamento e aproveitamento da água da chuva**, em prédios públicos, órgãos do Estado, escolas públicas e para uso da atividade do Corpo de Bombeiros.

Requerimentos de informações:

SITUAÇÃO DOS AÇUDES

- Requer informações discriminadas acerca dos atuais volumes dos 127 açudes efetivados pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), sobre o volume de água destinado para as distintas modalidades de uso e sobre a qualidade da água nos principais reservatórios e bacias hidrográficas do Estado.

OUTORGAS DE ÁGUA

- Requer informações discriminadas acerca das outorgas de uso da água concedidas em 2014 e 2015. Requer ainda informações acerca dos volumes de água concedidos por meio de tais outorgas.

Requerimento de providências:

SANEAMENTO BÁSICO

- Requer providências para tratamento de esgoto no bairro Mucuripe, Rua Saporé, nas proximidades do Riacho Maceió.

Projeto de indicação:

FIM DE DESCONTO PARA INDÚSTRIA

- Revoga a Lei nº 14.920, de 24 de maio de 2011, que autoriza a Cogerh a conceder às empresas Porto do Pecém Geração de Energia S/A e MPX Pecém II Geração de Energia S/A 50% de desconto sobre o valor da tarifa de água.

Ofício:

USO INDUSTRIAL DE ÁGUA

- Solicita ao secretário dos Recursos Hídricos, Francisco Teixeira, cópias de documentação de outorga de uso industrial de água para o Porto do Pecém Geração de Energia S/A, bem como informações sobre renovação ou não desta outorga e os prazos referentes a ela.

Por uma reforma política e democrática

13 de março

O parlamentar do PSOL **conclamou a sociedade cearense a apoiar a Frente pelas Reformas Populares.** Ele **apoia a Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas** que promoveu na Assembleia Legislativa uma plenária sobre o Projeto de Iniciativa Popular Reforma Política e Democrática. A coalizão envolve a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, de um total de 103 instituições.

O projeto necessita de 1,5 milhão de assinaturas em todo o Brasil, a fim de tornar o sistema eleitoral brasileiro mais democrático e ter uma representação política mais identificada com a maior parte da sociedade.

Os quatro pontos principais da proposta são:
1 - proibição do financiamento de campanha por empresas e adoção do financiamento democrático de campanha;
2 - eleições proporcionais em dois turnos;
3 - paridade de gênero na lista pré-ordenada;
4 - fortalecimento dos mecanismos da democracia direta com a participação da sociedade em decisões nacionais importantes.

Foto: Mandato Renato Roseno

Os projetos de iniciativa compartilhada são mecanismos de participação da sociedade, a exemplo da proposta apresentada pela Cáritas Brasileira Regional Ceará, na Assembleia Legislativa do Ceará, pela instituição de uma política de captação, armazenamento e aproveitamento da água da chuva

Fortalecimento da democracia, sim. Golpe, não

11 de março

O deputado Renato Roseno **se posicionou contra tentativas antidemocráticas de setores elitistas e conservadores que defendem o impeachment de Dilma Rousseff, mas também questionou o pedido de paciência feito pela presidenta** em rede nacional de rádio e televisão e a defesa cega que o governo e seus adeptos fazem do sistema político e econômico.

31 de março

No dia em que o golpe militar, que deixou o Brasil por 21 anos sob uma ditadura, completou 51 anos, Renato Roseno defendeu o fortalecimento da democracia. ¨Eu lamento que, 51 anos depois, aqueles que, por ingenuidade, má-fé ou ignorância, ocupem as ruas para falar de golpe e supressão da democracia e aproveitem para defender uma agenda ultraconservadora, como a redução da idade penal, de direitos do mundo do trabalho e da proteção social do Estado¨, apontou, considerando que essas propostas representam um entulho autoritário.

Foto: Coletivo Quem Dera Ser Um Peixe

Pressão exercida pela mobilização social foi fundamental para desarquivamento de ação criminal sobre o Acquário Ceará no âmbito do Ministério Público do Estado

Acquário do Ceará deságua em equívocos

19 de fevereiro

Uma obra sem licitação, sem alternativa locacional e sem estudo de viabilidade econômica ao tempo de seu anúncio. Um empreendimento com fortes impactos sociais, ambientais e sobre o tráfego. A um custo de pelo menos US$ 150 milhões, o equivalente hoje a mais de R$ 400 milhões. **"O Acquario do Ceará é um desatino iniciado no governo anterior"**, definiu o deputado Renato Roseno.

24 de fevereiro

As obras do Acquário foram paralisadas no dia 6 de fevereiro pelo atual secretário do Turismo, Arialdo Pinho, depois que o Governo do Estado já gastou R$ 125 milhões. **"Essa obra está errada desde a sua concepção. É um escárnio que, no quarto ano de estiagem no Ceará, se fale em antecipar pagamento a essa empresa"**, frisou Renato, referindo-se à possibilidade de liberação de mais R$ 40 milhões pelo Governo do Estado para a empresa retomar os trabalhos. Ele **assinou o pedido de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar possíveis irregularidades na obra,** formulado por Audic Mota (PMDB).

Requerimentos de informações:

PARALISAÇÃO DA OBRA
- Solicita informações ao secretário do Turismo, Arialdo Pinho, sobre a paralisação das obras, determinada por ele para que seja realizada uma auditoria sobre o contrato com a empresa ICM Reynolds.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL
- Solicita envio de estudo de impacto ambiental da obra da termelétrica a ser construída para manutenção da demanda de energia do Acquário Ceará.

IRREGULARIDADES
- Requer ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará informações sobre processos, auditorias e inspeções relacionadas a irregularidades na implementação do Acquário.

CUSTOS COM MANUTENÇÃO
- Solicita informações discriminadas do secretário do Planejamento e Gestão do Estado, Hugo Santana, sobre previsão de custos anuais com a manutenção do Acquário.

Requerimento de convocação:

ESCLARECIMENTOS SOBRE A OBRA
- Requer convocação do secretário do Turismo para prestar esclarecimento sobre andamento das obras.

Memorando:

ESCLARECIMENTOS SOBRE A OBRA
- Solicita do líder do Governo, Evandro Leitão, respostas para perguntas contidas no requerimento de convocação do secretário do Turismo, rejeitado pelo plenário.

Ofício:

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA
- Solicita ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) informações sobre estudo de viabilidade econômica do projeto Acquário.

Direitos humanos em diálogo com movimentos sociais

6 de fevereiro

O deputado Renato Roseno defendeu que a definição das vagas das comissões técnicas da Assembleia Legislativa não deve levar em conta somente a lógica de partilha de poder entre os partidos ali representados. "Deveria levar em conta perfil e legitimidade junto aos principais setores da sociedade com os quais a comissão vai trabalhar", avaliou, durante discussões sobre quem assumiria o comando da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania.

11 de fevereiro

"A Comissão de Direitos Humanos deve funcionar como uma trincheira aberta para receber de forma absolutamente democrática as demandas dos movimentos sociais, para reconhecimento, promoção e alargamento de direitos humanos", defendeu Renato, citando os **diversos segmentos que merecem a atenção da comissão - familiares de vítimas de homicídio, mulheres que sofrem a violência de gênero, gays e lésbicas, trabalhadores, populações mais afetadas com a escassez de água, indígenas, negros, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em luta pela moradia, entre outros.** "Democracia, igualdade e dignidade só se conquistam com as ferramentas dos direitos humanos", sustentou, ao se candidatar à presidência da comissão e se colocando em sintonia com a plataforma dos movimentos e organizações que reivindicavam da Assembleia Legislativa que as vagas fossem ocupadas atendendo aos princípios da democracia, do Estado laico e dos direitos humanos.

12 de fevereiro

Renato Roseno **propôs, como membro da Comissão de Direitos Humanos, na primeira reunião do colegiado, um seminário para traçar um diagnóstico das demandas de direitos humanos no Ceará.**

4 de março

O seminário "Direitos humanos em diálogo com os movimentos sociais" reuniu no Complexo das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa dezenas de participantes.

Foto: Marciane Tapeba

Pela garantia do direito à terra e ao território dos indígenas no Ceará, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa promoveu audiência pública para debater o tema, atendendo a requerimento do deputado Renato Roseno

Mais valorização e planejamento para a Cultura

12 de fevereiro

Primeiro voto pela cultura! O primeiro dia de votação da nova Assembleia Legislativa do Ceará foi oportunidade também para o primeiro voto de Renato Roseno como ocupante de mandato político. Na estreia, ele **questionou a falta de planejamento do Governo do Estado e de valorização da pasta da Cultura e o fechamento da Biblioteca Pública** e se juntou a outros 13 deputados que defenderam a votação de uma emenda a projeto governamental autorizando a transferência de recursos para programas na área cultural.

A emenda, apresentada pelo deputado Heitor Férrer (PDT), remanejava recursos do governo na área da Cultura para ampliar o investimento em projetos para preservação da memória cultural e para incentivo à leitura e ao conhecimento, mas sequer chegou a ser votada em plenário, após ter sido derrubada nas comissões técnicas. O proponente recorreu ao plenário, mas não obteve sucesso.

24 de fevereiro

Renato lembrou pela segunda vez que a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel fechou as portas para uma reforma que, um ano depois, ainda não havia começado. No dia 24 de fevereiro de 2014, esse grande centro de conhecimento mantido pelo Governo do Estado suspendia o atendimento ao público. "Defendíamos o fechamento parcial, mas isso não aconteceu", lamentou o deputado, propondo a reabertura do espaço e o início da reforma o mais brevemente possível.

23 de abril

Reunião com representantes da Associação de Capoeiristas.

Requerimentos de audiências públicas:

PLANO ESTADUAL DE CULTURA
- Requer audiência pública para debater o Plano Estadual de Cultura.

PRAÇA PORTUGAL
- Requer realização de audiência pública para debater o tombamento da Praça Portugal, na cidade de Fortaleza, a ser realizada em conjunto com a Câmara Municipal.

Requerimento de providências:

PRAÇA JOSÉ DE ALENCAR
- Requer providências para requalificação da Praça José de Alencar, no Centro de Fortaleza.

Foto: Sheyla Castelo Branco

"É chocante. Eu fico embasbacado com a incapacidade de planejamento deste Governo", afirmou Renato Roseno, ao lembrar que projeto governamental chegou para ser apreciado na Assembleia Legislativa a dez dias do Carnaval, quando instituições aprovadas em edital de apoio aos festejos carnavalescos já deveriam ter começado as atividades

Educação com mais direitos

5 de março

¨Eu vi muito mais problema aqui do que estava sabendo¨, avaliou Renato Roseno, durante a audiência pública sobre o **corte de bolsas que atingiu 361 estudantes brasileiros ou estrangeiros da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), causando insegurança e restrição ao exercício de direitos básicos, como alimentação, moradia e transporte.** Entre os estudantes atingidos, estavam os que vieram de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

11 de março

Para reconhecer e corrigir injustiças sociais, Renato é favorável à política de cotas e apoiou o projeto de lei do deputado Zé Ailton Brasil (PP) que estabelece cotas nas universidades e instituições de ensino superior estaduais por dez anos.

¨Cotas sempre houve para os filhos das famílias proprietárias, mas não para quem não tem acesso à riqueza. Enquanto não conseguirmos as condições de acesso universal à educação, que utilizemos a política de cotas¨, observou Renato.

11 e 12 de março

O deputado **se reuniu com dois juízes da Justiça Federal para relatar a situação dos estudantes da Unilab, especialmente os estrangeiros, afetados pelo corte de bolsas.**

14 de abril

O deputado lembrou em plenário de uma experiência exitosa criada há 19 anos no bairro Canindezinho, em Fortaleza, a Confraria da Leitura, que incentiva o hábito da leitura em crianças.

Requerimentos de audiências públicas:

CORTE DE BOLSAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
- Requer audiência pública para discutir o corte de bolsas do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Unilab.

COTAS NO ENSINO SUPERIOR
- Requer audiência pública para discutir o projeto de lei de autoria do deputado Zé Ailton Brasil que dispõe sobre a instituição do sistema de cotas nas instituições de ensino superior do Ceará.

IMPACTOS DO FIES
- Requer audiência pública para debater a situação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e seu impacto nas universidades particulares.

EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA
- Requer audiência pública para debater a situação da educação contextualizada no Ceará, cujo objetivo é fazer com que o processo de formação esteja comprometido com a transformação dos sujeitos e da própria realidade.

Requerimento de informações:

CAMPUS MULTI-INSTITUCIONAL
- Qual é mesmo o prazo para o início das aulas do Campus Multi-institucional Humberto Teixeira, em Iguatu? Quais as razões para o atraso na entrega do equipamento? Qual o total de recursos investidos no campus? São algumas das informações solicitadas ao secretário da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Inácio Arruda. Em abril de 2015, fez quatro anos que o campus deveria ter sido entregue. A obra só foi inaugurada em 23 de maio.

Emenda a projeto de lei:

INCLUSÃO DAS UNIVERSIDADES EM COLEGIADO
Para aperfeiçoar a composição do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca), emenda aditiva à mensagem governamental 14/2015 integra ao colegiado a ¨Secretaria da Ciência e Tecnologia e Educação Superior, por meio das universidades estaduais, em rodízio por mandato¨. A mensagem 14/2015 altera a Lei 11.889/91, que criou o Cedca.

Ofício:

PROBLEMAS DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR
- Solicita audiência com o secretário da Educação, Maurício Holanda, para tratar sobre problemas de infraestrutura relatados em escolas estaduais em Caucaia.

Arte: Lindenberg Munroe

2 de março

"O sistema penal quer segregar setores da sociedade e gerenciar a miséria e os conflitos socioeconômicos", criticou o deputado Renato Roseno durante o debate "Políticas públicas sobre drogas", no Centro de Humanidades II, da Universidade Federal do Ceará, organizado pelo Diretório Central dos Estudantes, como parte das atividades de recepção dos calouros. Para ele, esse sistema trabalha com o inimigo ideal, o jovem negro, e o álibi ideal, a criminalização das drogas.

Os resultados dessa associação saltam aos olhos. Hoje, **mais de 150 mil pessoas estão presas por tráfico de drogas no Brasil, de um total de 574 mil que compõem a população carcerária do país. A maior parte dessa população é homem, negro, pobre e foi detida com pequena quantia de substâncias consideradas ilícitas. Já as prisões por tráfico internacional não chegam a 10 mil.**

Visão ampliada para as políticas sobre drogas

Emenda a projeto de lei:

POLÍTICAS SOBRE DROGAS

- Emenda aditiva à mensagem governamental de reforma administrativa visando à adequação da Secretaria Estadual sobre Drogas ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e à Política Nacional sobre Drogas. O deputado acrescentou dispositivo à mensagem do Governo para instituir o Sistema Estadual de Políticas sobre Drogas e a previsão de que a Política Estadual sobre Drogas deve contemplar prevenção, tratamento, atenção e reinserção social, de forma descentralizada e intersetorial, atendendo a peculiaridades locais e dando prioridade aos territórios mais vulneráveis.

Garantias para a assistência social

Emenda a projeto de lei:

FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Emenda aditiva à mensagem governamental nº 7.725/2015, que autoriza a transferência de recursos para execução de programas em parcerias com pessoas jurídicas do setor privado ou pessoas físicas: resguarda as transferências fundo a fundo em conformidade com as normativas do Sistema Único da Assistência Social, observando-se a repartição de competências e o repasse de valores entre União e Estados e assegurando os recursos dos programas e dos serviços das unidades públicas que compõem o SUAS. As ações que dependem de repasse do fundo nacional aos fundos estaduais e municipais para serem executados pelo ente público contemplam, entre outros beneficiários, cidadãos em situação de vulnerabilidade social e crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência vítimas de violência.

Foto: Davi Pinheiro

Por um Estado de oportunidades para a infância e a adolescência

Requerimentos de audiências públicas:

SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO
- Requer audiência pública para discutir o reordenamento de serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos no Estado do Ceará.

PRIMEIRA INFÂNCIA
- Requer audiência pública para debater o Projeto de Lei do Marco Legal da Primeira Infância, que vem sendo discutido na Câmara Federal desde 2013 e prevê prioridade nas políticas públicas para a primeira infância às áreas da saúde, alimentação e nutrição, educação infantil, convivência familiar e comunitária, assistência social à família, cultura e lazer, proteção frente a toda forma de violência e prevenção de acidentes.

ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL
- Requer audiência pública para debater a violência sexual, em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - 18 de maio.

SITUAÇÃO DE RUA
- Requer audiência pública para debater os resultados do II Seminário da Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua, realizado pela Campanha Nacional Criança Não é de Rua.

Requerimento de seminário:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
- Requer a realização de Seminário sobre os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Projeto de indicação:

LICENÇA PATERNIDADE E ADOTANTE
- Altera dispositivos na Lei nº 9.826, de 14 de maio 1974, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais, e na Lei nº 13.729, de 11 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado, para ampliar o prazo da licença paternidade e regulamentar a licença adotante dos servidores públicos estaduais civis e militares, independentemente de gênero e orientação sexual.

20 de fevereiro

Reduzir a idade penal, não; ampliar oportunidades para uma vida digna, sim. A omissão do Estado em serviços públicos de educação, saúde, esporte, cultura e lazer e a violência praticada pelos agentes estatais tendem a redundar em mais violência. **"Queremos um Estado de oportunidade e promoção da dignidade humana"**, defende Renato Roseno.

31 de março

Advogado, estudioso da legislação criminal, Renato rechaça os argumentos de que a redução da idade penal contribuiria para diminuir a violência. **"Nosso problema não é editar mais leis penais, mas cumprir os princípios das leis que já existem", contrapõe-se, argumentando que o Brasil tem a terceira população de detentos do mundo e a explosão carcerária não melhorou a sociedade.** "Não queremos a paz da prisão ou do cemitério, mas a paz da justiça, que se conquista com participação política, criação de oportunidades e oferta e garantia de direitos para todos e todas, para uma vida digna e feliz, não na dor e no sofrimento".

23 de abril

Renato Roseno **votou contra o requerimento de apoio à redução da idade penal.**

Transparência com as finanças públicas e controle de gastos

10 de fevereiro

Defendemos o rigor, a transparência e a melhor destinação possível no uso do dinheiro público. Por isso, somos contra a obra do Acquário, que custaria, em valores atualizados, mais de R$ 400 milhões aos cofres públicos; defendemos uma reforma política que acabe com o financiamento empresarial das campanhas eleitorais; e demos o exemplo de devolver a ajuda de custo que cada deputado recebe no início e fim de mandato, no valor de R$ 19.221,96.

Um deputado estadual tem direito a subsídio mensal (salário) de R$ 25.322,25. Outros recursos não entram na conta bancária dos deputados, mas são administrados por eles:

A **Verba de Desempenho Parlamentar**, R$ 29.029,12, é para despesas como confecção de materiais gráficos, combustível e passagens aéreas e terrestres.

A **Verba de Assessoria** é para contratação de assessores. Há um valor fixo de R$ 69.039,90 destinado a cada gabinete, que pode ser acrescido.

Cada líder de partido recebe um acréscimo para Verba de Assessoria, variável de acordo com o tamanho da bancada. A verba adicional para Renato Roseno, líder do PSOL, partido que tem apenas ele como deputado, é de R$ 4.000,00, valor destinado ao líder cuja bancada é formada por até oito deputados.

O líder de bancada com mais de oito parlamentares recebe R$ 7.000,00 a mais, mesmo valor destinado a integrante da Mesa Diretora. O presidente de comissão técnica recebe também R$ 4.000,00 a mais. O acréscimo na Verba de Assessoria para deputado vogal da Mesa Diretora e vice-líder de partido é de R$ 2.210,00.

O deputado Renato Roseno contratou 25 pessoas até o mês de abril, para trabalharem em diferentes áreas, qualificando o mandato e ampliando o campo de atuação.

Valores brutos

Requerimento de informações:

EXPLICAÇÕES SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA, SEM AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

- Requer informações sobre o termo de cooperação técnica entre a Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Com a opção do Governo do Estado pelo termo de cooperação, ficou revogada a autorização legislativa para o repasse de recursos. O deputado solicita documentação contendo o projeto, cláusulas, obrigações recíprocas e valores a serem custeados pelo Estado.

Projeto de Resolução:

FIM DA AJUDA DE CUSTO PARA DEPUTADOS

- Revoga o art. 130 e o §1º do art.135 da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996, com posteriores modificações para extinguir a ajuda de custo concedida a cada deputado no início e ao fim do mandato, o que representaria uma economia de R$ 1.768.420,32 aos cofres públicos.

Proposta de Emenda Constitucional:

CONCESSÃO DE ISENÇÃO FISCAL

- Inclui dispositivo na Constituição Estadual para tornar obrigatória a autorização legislativa para concessão de isenções fiscais. A proposta tem como objetivo evitar que o governador decida por meio de decreto conceder isenções de impostos.

Ofício:

LEGALIDADE EM LICITAÇÕES

- Solicita ao presidente do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) informações sobre despesas com folha de pagamento dos servidores de Alcântaras e legalidades em licitações no município. O Sindicato dos Servidores Municipais denuncia que o município de pequeno porte gasta por dia cerca de R$ 7 mil com aluguel de carros.

Raça e etnia: reconhecer e apoiar as comunidades tradicionais

25 de março

"**Todos os indicadores socioeconômicos apontam para a desigualdade racial**", observa o deputado. Entre os direitos violados está o principal deles, que é o direito à vida. "Precisamos fortalecer a luta contra o extermínio da juventude negra e contra a violência que atinge as mulheres negras", defendeu o parlamentar do PSOL. O Ceará e o Brasil aboliram a escravatura, mas ainda convivemos com o trabalho escravo, que atinge mais os negros, com o racismo institucional, que impede ou dificulta o acesso ao sistema de Justiça e aos serviços públicos, como o Sistema Único de Saúde. A desigualdade racial se revela também nas dificuldades de acesso à educação e à permanência na escola e na universidade, nas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e nas diferenças salariais.

Requerimentos de audiências públicas:

DIREITOS INDÍGENAS

- Requer audiência pública sobre efetivação dos direitos indígenas no Ceará, especialmente o direito à terra e ao território.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS

- Requer audiência pública para debater a situação dos territórios quilombolas no Ceará.

Requerimento de informações:

DEMARCAÇÃO DE TERRAS

- Requer informações sobre a demarcação das terras indígenas da etnia Tremembé na localidade Barra do Mundaú, município de Itapipoca.

Foto: Davi Pinheiro

Foto: Davi Pinheiro

Foto: Davi Pinheiro

4 de março

Denúncias de tortura, tratamento cruel, estupro, assassinato, além de estrutura física insuficiente, superlotação, salas de aula transformadas em celas, falta d'água, rebeliões, fugas, interdições judiciais, quadro inadequado de profissionais com precariedade das condições de trabalho... O deputado Renato Roseno **repercutiu em plenário a petição encaminhada à Organização dos Estados Americanos (OEA) apontando violações de direitos humanos e problemas no sistema socioeducativo no Ceará.**

¨É uma mentira falar em ressocialização, quando o sistema está reproduzindo mais violência¨, aponta o deputado, referindo-se às unidades que mantêm em privação de liberdade os adolescentes autores de ato infracional. A denúncia foi feita pela Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), o Fórum Permanente das Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) e o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-Ceará).

Renato também **relembrou o caso do pedreiro Francisco Ricardo Costa de Sousa, torturado até a morte no dia 13 de fevereiro de 2014, no bairro Jardim Cearense, em Fortaleza, confundido por três policiais militares como autor de crimes.** ¨A tortura é pior quando é feita por agentes do Estado. Não podemos pagar, com os nossos impostos, que o agente da lei viole a lei¨, afirmou.

1º de abril

Reunião com o secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social e equipe para tratar do sistema socioeducativo, com encaminhamento de elaboração de uma minuta de portaria para coibir a tortura nas unidades de internação de adolescentes, regular procedimento de apuração nesses casos, revisar o regimento interno do sistema e redefinir o perfil dos agentes socioeducadores.

Violência praticada pelo Estado

Requerimento de audiência pública:

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

- Requer audiência pública para discutir os problemas e as violações de direitos humanos no sistema socioeducativo.

Requerimento de informações:

DITADURA MILITAR

- Requer informações à Secretaria da Justiça do Ceará sobre o pagamento de indenizações para ex-presos políticos da ditadura militar.

Ofícios:

RETALIAÇÕES A ADOLESCENTES

- Encaminha à secretaria executiva da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Ana Maria Cruz, denúncia de retaliação a adolescente interno do Centro Educacional São Miguel em função dos relatos feitos pela mãe na audiência pública sobre o sistema socioeducativo. Solicita averiguações e adoção de medidas para garantia de proteção integral ao interno, como exame de corpo de delito e outros procedimentos médicos. Solicita ainda, em caráter de sigilo, a lista dos adolescentes, porventura, agredidos.

DENÚNCIA DE EXECUÇÃO

- Solicita ao delegado titular do 13º Distrito Policial, Antonio Elzo Moreira Ferreira, apuração minuciosa sobre assassinato de adolescente no bairro Lagamar, em Fortaleza. Embora a imprensa atribua aos policiais a versão de que ele foi morto após troca de tiros com os agentes, a família diverge, afirmando que o adolescente foi executado pela Polícia, sem esboçar qualquer reação.

Vida, liberdade e dignidade para as mulheres

Você sabia que o Ceará...
1 - ocupa o sexto lugar no país e a terceira posição no Nordeste no ranking dos estados onde mais morrem mulheres?
2 - registra uma média de cinco crimes sexuais por dia?
3 - tem delegacias especializadas de atendimento à mulher em apenas nove municípios: Caucaia, Crato, Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Quixadá e Pacatuba? Deveríamos ter pelo menos 23 unidades policiais.

4 - só existem Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas comarcas de Fortaleza e de Juazeiro do Norte?

9 de março

O deputado Renato Roseno **participou de sessão solene em alusão ao Dia da Mulher.** Ele solicitou audiência para debater a violência contra as mulheres. **"A violência física e sexual são as expressões mais perversas do machismo. É preciso buscar saídas que possam garantir a vida, a liberdade e a dignidade de todas as mulheres".**

2 de abril

Reunião sobre humanização do parto e do nascimento.

Que a justiça seja feita!

31 de março

Em reunião com assessores da Secretaria da Justiça do Estado, o deputado **tratou sobre os programas de proteção a pessoas ameaçadas de morte e perda de direitos.**

Requerimentos de audiências públicas:

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
- Requer realização de audiência pública para discutir a violência contra as mulheres no Ceará.

ACESSO À JUSTIÇA
- Requer audiência pública para discutir o Plano de Universalização de Acesso à Justiça do Estado do Ceará, apresentado pela Defensoria Pública Estadual.

Projeto de indicação:

LICENÇA PATERNIDADE E ADOTANTE
- Altera dispositivos na Lei nº 9.826, de 14 de maio 1974, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais, e na Lei nº 13.729, de 11 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado, para ampliar o prazo da licença paternidade e regulamentar a licença adotante dos servidores públicos estaduais civis e militares, independentemente de gênero e orientação sexual.

Liberdade de orientação sexual

Requerimento de audiência pública:

HOMOFOBIA
- Requer audiência pública para debater a situação de violência e discriminação contra a comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) no município de Itatira, onde cidadãos denunciam violência e violações de direitos em função da orientação sexual, incluindo agressões físicas, verbais e patrimoniais.

Pelo fortalecimento da segurança pública

Foto: Mandato Capitão Wagner

"**É fundamental para um sistema de direitos** ter um sistema de segurança pública bem formado, bem equipado, bem remunerado, com carreira de Estado e ciclo completo", defendeu Renato Roseno, durante votação do projeto de promoções na Polícia Militar

20 de fevereiro

Deputado Renato Roseno **denunciou que Fortaleza tem o maior índice de assassinatos de adolescentes do Brasil.** O mais recente levantamento realizado pelo Laboratório de Análise da Violência (LAV), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), aponta que o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) é de 9,92 por grupo de mil pessoas na faixa etária de 12 a 18 anos.
Entre 2005 e 2012, o índice de Fortaleza saltou de 2,35 para 9,92, enquanto houve queda em Recife (de 7,12 para 3,74), no Rio (de 5,52 para 2,06), e em São Paulo (de 1,90 para 1,69).

Renato **solicitou que o secretário da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, Delci Teixeira, compareça à Assembleia Legislativa para prestar esclarecimentos sobre os números do Governo do Estado que mostram redução no número de homicídios.**

1º de abril

16 de abril

"Segurança não se consegue apenas com veículos, mas com estratégia e inteligência", afirmou, durante repercussão sobre o anúncio feito pelo governador Camilo Santana de que passaria a adquirir veículos mais simples para a Secretaria da Segurança, ao contrário do antecessor, Cid Gomes, que comprava modelos Hillux.

27 de abril

Reunião com o Comitê pela Desmilitarização da Polícia e da Política sobre o projeto de lei da promoção dos militares estaduais.

Requerimento de audiência pública:

ASSASSINATOS DE ADOLESCENTES
- Requer audiência pública com a participação do Laboratório de Análise da Violência, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, para apresentação e discussão do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA).

Requerimento de informações:

HOMICÍDIOS
- Requer informações sobre homicídios no Ceará em 2014.

Emendas a projeto de lei:

PROMOÇÕES NA POLÍCIA MILITAR
- O parlamentar apresentou dez emendas ao projeto de lei do Executivo que confere maior agilidade no processo de ascensão funcional nas carreiras de praças e oficiais militares. As emendas eram no sentido de apontar para uma Polícia com carreira única, caráter civil e ciclo completo, corrigindo possíveis injustiças e até ilegalidades, diminuindo impedimentos à promoção que ferem a igualdade entre os profissionais da segurança, ampliando direitos e garantindo conquistas já asseguradas em outras unidades da federação. Elas propunham, por exemplo, ampliar a licença paternidade de dez para 30 dias; promover a reinserção ocupacional no caso de consumo de drogas, adequando-se ao Sistema Nacional de Política sobre Drogas, oferecendo acompanhamento clínico e psicossocial; e acompanhamento e nova chance no caso de falta de aceite ou desistência ou não aproveitamento do curso necessário à promoção.

Foto: Roger Pires

Foto: Roger Pires

Em defesa da moradia digna

19 de fevereiro

"Defendíamos uma alternativa locacional que não removesse as famílias, mas não fomos escutados pelo Governo", destacou Renato Roseno, sobre os impactos, para 22 comunidades de Fortaleza, das obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

18 de março

O parlamentar **participou de reunião com o secretário das Cidades, Ivo Gomes, e representantes de movimentos sociais para tratar da construção de unidades habitacionais e da criação de uma Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos.**

27 de março

Renato Roseno **denunciou despejo violento em ocupação de sem-tetos em Maracanaú por homens encapuzados e armados, usando tratores, e de madrugada, por volta das 3h30min.**

Projeto de indicação:

CONFLITOS FUNDIÁRIOS
- Cria a Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos

Requerimentos de audiências públicas:

VLT
- Requer audiência pública para discutir a situação de moradia das famílias atingidas pelas obras do VLT, que reivindicam informações, reajuste de aluguel social, reajuste de indenizações e construção de unidades habitacionais.

CINTURÃO DAS ÁGUAS
- Requer audiência pública para debater os impactos do projeto Cinturão das Águas no Ceará e a situação das famílias que estão ameaçadas de remoção.

Requerimentos de informações:

VLT
- Requer informações acerca da previsão de entrega das unidades habitacionais para as famílias desapropriadas pela obra do VLT, da situação atual dos terrenos desapropriados e do reajuste dos valores de indenização oferecidos a estas famílias.

CINTURÃO DAS ÁGUAS
- Requer informações discriminadas da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará sobre andamento do projeto Cinturão das Águas, na comunidade do Baixio das Palmeiras, na cidade do Crato, a situação fundiária das famílias e as medidas adotadas para garantia do direito à terra e ao território dos moradores da área afetada

Requerimento de providências:

DESPEJO ILEGAL
- Requer providências para averiguação de denúncia de constrangimento ilegal, abuso de autoridade e dano ao patrimônio com a derrubada de cercas de proteção de área ocupada por cultivo agrícola familiar em Maracanaú.

Ofícios:

OCUPAÇÃO DE SEM-TETOS
- Sete ofícios solicitam informações, providências e apoio sobre ocupação de sem-tetos em Maracanaú, onde houve constrangimento, abuso de autoridade policial e ação violenta de grupo de segurança privada, além de assédio moral de representantes de imobiliária e da administração municipal. Dois ofícios pedem solução para conflito fundiário em Tauá. Ofícios enviados aos secretários da Segurança Pública, Delci Teixeira, e das Cidades, Ivo Gomes, ao comandante-geral da Polícia Militar, Geovani Pinheiro da Silva, ao superintendente da Secretaria do Patrimônio da União, Jorge Luiz Oliveira Queiroz, ao prefeito de Maracanaú, Firmo Camurça, e à prefeita de Tauá, Patrícia Aguiar.

RIO COCÓ
- Requer informações do secretário das Cidades, Ivo Gomes, sobre os procedimentos relativos à demanda habitacional de famílias que serão afetadas pelo Projeto Rio Cocó, perdendo a moradia atual, e os critérios para concessão de indenização e/ou unidade habitacional.

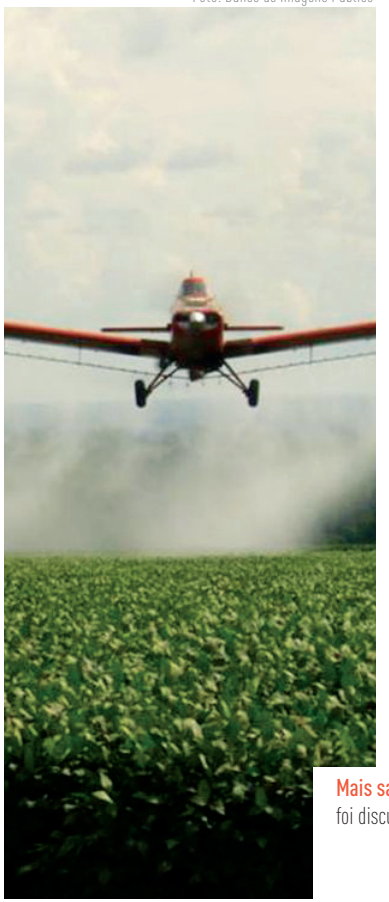
Cuidado com saúde, trabalho e meio ambiente

Além da isenção fiscal autorizada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária, o Ceará libera quem compra agrotóxico de pagamento de imposto. "O Estado não arrecada, mas paga pelo SUS", observa Renato Roseno, referindo-se aos impactos sobre a saúde, como vários tipos de câncer, com a exposição prolongada ao veneno, que demandam tratamento de alto custo nos serviços de saúde.

"Não podemos deixar para nossos filhos um planeta cheio de lixo, metais pesados... Temos que deixar uma Terra melhor do que recebemos", afirmou, ao saudar dezenas de catadores de materiais recicláveis em audiência pública.

O deputado conclamou a Assembleia Legislativa a exigir do Governo do Ceará uma **fiscalização mais eficiente e unificada do comércio, uso e aplicação de agrotóxicos, fim da isenção fiscal para agroquímicos e da pulverização aérea com veneno e estímulo à agricultura familiar.**

Foto: Banco de Imagens Público



Mais saúde e vida para o Ceará, por um Estado sem agrotóxicos: pulverização aérea foi discutida em audiência pública na Assembleia Legislativa

Requerimentos de audiências públicas:

AGROTÓXICOS
- Requer audiência pública para discutir o uso intensivo de agrotóxicos no Ceará e os impactos com a expansão do agronegócio e pulverização aérea.

PARQUE DO COCÓ
- Requer audiência pública para discutir a regulamentação do Parque do Cocó.

RESÍDUOS SÓLIDOS
- Requer audiência pública sobre o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, cuja formulação teve início em 2014, com metas para a redução da geração de resíduos e para a reciclagem e a inclusão dos catadores de materiais recicláveis, que tanto contribuem para a sustentabilidade ambiental e precisam de condições dignas para desenvolver suas atividades.

MINA DE ITATAIA
- Requer audiência pública sobre os impactos ambientais do projeto de mineração de urânio e fosfato na mina de Itataia, entre Itatira e Santa Quitéria, que poderá causar impactos à saúde, ao trabalho e ao meio ambiente.

Requerimentos de providências:

LAGOA DE JIJOCA
- Requer providências para emissão de portaria que constitua o Comitê Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA da Lagoa de Jijoca.
- Requer providências para ações de fiscalização na APA da Lagoa de Jijoca.

Projeto de lei:

FIM DA PULVERIZAÇÃO AÉREA DE AGROTÓXICOS
- Inclui dispositivo na Lei nº 12.228, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como sobre a fiscalização do uso de consumo do comércio, do armazenamento e do transporte interno desses produtos. O projeto veda a pulverização aérea de agrotóxicos na agricultura no Ceará, que viola o direito fundamental ao meio ambiente, agride a saúde humana e contamina em larga escala os recursos hídricos.

Foto: Banco de Imagens Público

Atendendo a requerimento do deputado Renato Roseno, a Comissão de Infância e Adolescência da Assembleia Legislativa promoveu audiência pública para debater as alergias e intolerância a alimentos, problema que atinge até 8% das crianças, estimativa da Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia

13 de março

O deputado Renato Roseno **destacou o descaso na saúde pública em Fortaleza**, a partir da situação da UPA do Bom Jardim. ¨A denúncia foi feita por conselheiros e usuários da Unidade de Pronto Atendimento do Grande Bom Jardim, mas podemos estender para todas as outras unidades¨.

27 de março

Durante sessão solene para homenagear o Hospital São José, pelos 45 anos, o deputado **propôs a criação da Frente Parlamentar de Enfrentamento às DST/HIV/Aids**, compreendendo que seria uma contribuição para o fortalecimento da instituição e das políticas públicas de prevenção, assistência e controle das infecções por HIV e Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis.

Requerimentos de audiências públicas:

SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

- Requer audiência pública para debater a situação do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (Issec), com redução das especialidades e hospitais credenciados e limitação da marcação de consultas, prejudicando servidores públicos estaduais, dependentes, aposentados e pensionistas que precisam dos serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica e complementar.

ALERGIA ALIMENTAR

- Requer audiência pública para discutir a situação de atendimento às crianças com alergia alimentar no Ceará, cujos familiares reclamam inúmeras dificuldades de inclusão e manutenção no Programa de Alergia à Proteína do Leite de Vaca. A Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia estima que até 8% das crianças e 4% dos adultos apresentem algum de tipo alergia ou intolerância alimentar. Em alguns casos, a alergia pode levar até a morte.

SAÚDE MENTAL

- Em alusão ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial, requer audiência pública sobre a situação da saúde mental no Ceará.

Requerimentos de informações:

INTERRUPÇÃO DE TRANSPLANTES

- Requer informações ao então secretário da Saúde, Carlile Lavor, sobre interrupção dos transplantes em hospitais estaduais.

ALERGIA ALIMENTAR

- Requer informações sobre o funcionamento, atendimento e inclusão de crianças no Programa de Alergia à Proteína do Leite de Vaca, mantido pela Secretaria da Saúde do Estado.

Ofício:

ALERGIA ALIMENTAR

- Solicita ao coordenador de Assistência Farmacêutica do Estado, Francisco Einstein do Nascimento, informações sobre o estoque da fórmula do leite Neocate, fornecido pelo Programa de Alergia à Proteína do Leite de Vaca, e se há previsão de ampliação do fornecimento para o acolhimento de demais famílias, cujas crianças dependem da fórmula para alimentação regular.

Mobilidade e segurança no trânsito

Requerimentos de providências:

BICICLETÁRIO

- Requer a instalação de bicicletário na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará em atendimento à Lei Municipal 9.701/2010, que dispõe sobre a criação do Sistema Cicloviário do Município de Fortaleza.

LOMBADA ELETRÔNICA

- Requer solicitação de providência ao superintendente do Departamento Estadual de Trânsito do Ceará (Detran), Igor Vasconcelos Ponte, acerca de implantação de redutor eletrônico de velocidade, na CE 060, município de Cariús, no distrito de Caipu.

Foto: Banco de Imagens Público

Foto: Banco de Imagens Público

Acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência

28 de março

"O dia 2 de abril foi escolhido como data simbólica para a afirmação da luta pelos direitos das pessoas com autismo para garantir o seu reconhecimento como seres humanos de plenos direitos. Sua voz, nas diversas formas de expressão, deve ser escutada e valorizada pela família, profissionais, organizações representativas e pelas autoridades públicas. Portanto**, é fundamental que o parlamento cearense ocupe esta data ensejando o debate público e a afirmação dos direitos humanos das pessoas com deficiência, para discutir as políticas públicas de atendimento para as pessoas acometidas com o espectro de autismo",** justificou Renato Roseno, ao propor audiência pública em alusão ao Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo.

23 de abril

Encontro com pessoas com deficiência para ouvir as demandas de inclusão e acessibilidade.

Visando ao direito de acesso à educação de crianças e adolescentes com deficiência e síndromes, de qualquer natureza, efetivando o cumprimento de garantia de uma educação inclusiva, o deputado deu entrada em projeto de lei estabelecendo que as escolas públicas, estaduais e municipais, ou particulares deverão matricular alunos com deficiência, independentemente da condição física, sensorial ou intelectual que apresentem, sem cobrança de taxa extra. Os estabelecimentos devem estar preparados para receber o aluno especial, dispondo de corpo docente qualificado para tal, a fim de atender todas as necessidades desse estudante, sem que isso implique gastos extras.

Requerimento de audiência pública:

AUTISMO

- Requer audiência pública em alusão ao Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo.

Projeto de lei:

FIM À COBRANÇA DE TAXAS

- Proíbe, em escolas públicas ou particulares, a cobrança de valores adicionais ou sobretaxas para matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de deficiência, Síndrome de Down, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes.

Ofício:

DISCRIMINAÇÃO

- Solicita ao delegado Marco Antonio Portela Nunes, de Brasília, boletim de ocorrência sobre denúncia de discriminação contra a cadeirante Jocide Benício, para dar prosseguimento à tentativa de responsabilização.

Apoio a diversas categorias de trabalhadores

VIGILANTES

4 de fevereiro

Renato Roseno **usou a tribuna do parlamento pela primeira vez para defender a luta dos vigilantes, que marcharam até a Assembleia Legislativa para protestar contra o atraso de três meses no pagamento dos salários.** O problema atingia cerca de 800 trabalhadores prestadores de serviços à Prefeitura de Fortaleza e ao Governo do Estado.

SERVIDORES FEDERAIS

24 de fevereiro

O deputado **falou sobre desafios e perspectivas dos servidores públicos na conjuntura atual**, em evento com representantes de sindicatos e centrais sindicais, no auditório da sede do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado do Ceará (Sinprece).

3 de março

No Dia Nacional de Paralisação, o parlamentar do PSOL **participou de debate também sobre perspectivas e desafios do movimento sindical no Brasil**, nos jardins da Reitoria da Universidade Federal do Ceará, uma atividade promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais no Estado do Ceará (Sintufce).

12 de fevereiro

Em plenário, **destacou o ato realizado pela Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (Andeps)**, no dia 11 de fevereiro, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O movimento reivindicava a publicação do decreto regulamentando a gratificação de desempenho dos analistas técnicos de políticas sociais.

AGRICULTORES

25 de fevereiro

Em apoio aos trabalhadores rurais, Renato Roseno **visitou a ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)**, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

11 de março

O deputado **prestigiou a mobilização de pequenos agricultores, camponeses e pescadores, na sede da Secretaria do Desenvolvimento Agrário,** que não aceitam pagar a conta pelos ajustes nas finanças públicas propostos pela presidenta Dilma Rousseff e pelo governador Camilo Santana.

AGENTES DE SAÚDE

Pela valorização do profissional de saúde e da saúde pública, Renato **votou a favor da mensagem do Executivo que garante o cumprimento do piso salarial para os agentes comunitários de saúde**. O projeto foi aprovado por unanimidade. Renato votou pela aprovação também de duas emendas, uma assegurando direito à revisão dos vencimentos pelo mesmo índice e à mesma época do reajuste dos servidores públicos estaduais, e outra propondo que o reajuste do piso fosse no mesmo índice adotado nacionalmente.

26 de fevereiro

SERVIDORES MUNICIPAIS

27 de fevereiro

O deputado **participou de debate sobre conjuntura política, econômica e social**, no Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos de Fortaleza (Sindifort).

SINE/IDT

3 de março

Renato Roseno **questionou os impactos do corte de até 25% no orçamento do Estado, principalmente sobre os empregados do Sistema Nacional de Emprego e Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (Sine/IDT).** Cerca de 100 trabalhadores podem ser atingidos

Foto: Davi Pinheiro

com o fechamento de 19 unidades do Sine/IDT, o que representaria 430 mil serviços a menos.
A repercussão é maior porque prejudica o atendimento à população que recorre ao órgão para encaminhar o pedido de seguro-desemprego ou em busca de vaga no mercado de trabalho.
No dia anterior, Renato havia participado de reunião com Élcio Batista, chefe de Gabinete do governador, outros deputados e trabalhadores do Sine/IDT, na tentativa de reverter os cortes de custeio no órgão.

FEIRANTES

10 de março

O deputado participou da **audiência pública para debater a situação dos feirantes e os rumos da Feira da José Avelino (Feira da Sé),** realizada na Câmara Municipal, por solicitação do vereador João Alfredo.

CONCURSADOS PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA

11 de março

Renato Roseno **propôs a criação de uma comissão de deputados para tratar com a presidenta do Tribunal de Justiça, Iracema do Vale, sobre a reivindicação dos aprovados no concurso de 2014**, pelas nomeações para respectivos cargos e funções.

ANALISTAS EM GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

26 de março

O parlamentar **cobrou providências para a nomeação de candidatos aprovados em concurso para analista em gestão dos recursos hídricos da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh).**

DEFENSORES PÚBLICOS

27 de março

Renato Roseno **destacou que é funndamental a valorização dos defensores públicos para garantir o acesso à Justiça,** em aparte a pronunciamento do deputado Agenor Neto (PMDB) defendendo isonomia salarial entre juízes, promotores e defensores.

TERCEIRIZAÇÕES

8 de abril

O deputado protestou no dia em que a Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência para votar o projeto de lei que regulamenta a terceirização do trabalho no Brasil. **"Esse projeto ataca todos os trabalhadores, pois até as atividades-fim poderão ser terceirizadas. É um prejuízo para os trabalhadores e para a sociedade".**
A terceirização favorece a precarização das condições de trabalho e a queda da qualidade dos serviços, com aumento da carga horária e da rotatividade dos trabalhadores e redução dos salários.

SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

16 de abril

O deputado **registrou apoio aos servidores do Ministério Público da União, que amargam 56% de perdas salariais** e reivindicavam reajuste para assegurar a reposição salarial em 2015.

13 de fevereiro

Renato Roseno **questionou que atividades-fim no Ministério Público Estadual sejam exercidas por terceirizados e reivindicou a criação de cargos efetivos, como recomendado pelo Conselho Nacional do MP, e a nomeação de analistas e técnicos já aprovados em concurso.**

SERVIDORES ESTADUAIS

17 de abril

Apoiou a realização do seminário "Previdência e as MPs 664/2014 e 665/2014 no Serviço Público", organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual (Mova-se) para debater os impactos ao seguro-desemprego, à pensão por morte, ao abono salarial e ao auxílio-doença.

Iniciativas sobre questões relacionadas ao trabalho

Requerimentos de audiências públicas:

ASSISTENTES SOCIAIS
- Requer audiência pública para debater o projeto de lei federal que trata sobre o piso salarial dos assistentes sociais.

MEDIDAS PROVISÓRIAS
- Requer audiência pública para discutir os impactos das Medidas Provisórias nº 664 e 665, editadas pela presidenta Dilma Rousseff, que, entre outras mudanças:
1 - amplia o período de trabalho exigido para que o trabalhador tenha acesso ao seguro-desemprego;
2 – altera os critérios para obtenção da pensão por morte;
3 – limita o abono salarial pago anualmente no valor de um salário mínimo aos trabalhadores que recebem remuneração mensal de até dois salários mínimos;
4 – altera as normas para concessão do auxílio-doença;
5 – altera o seguro-desemprego do pescador artesanal, o seguro-defeso, vedando o acúmulo de benefícios assistenciais e previdenciários.

SINE/IDT
- Requer audiência pública para debater o corte nos recursos destinados ao custeio do Sistema Nacional de Emprego/Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (Sine/IDT) por parte do Governo do Ceará

TRABALHADORES DO COMPLEXO HOSPITALAR DA UFC
- Requer audiência pública para debater a situação dos trabalhadores da Sociedade de Assistência a Maternidade Escola Assis Chateaubriand (Sameac), em função da iminência de demissão coletiva.

Requerimentos de sessões solenes:

DIA DO TRABALHO
- Requer sessão solene em homenagem à celebração do Dia Internacional do Trabalho - 1º de maio.

GRÁFICOS
- Requer sessão solene pelo aniversário de concessão da carta sindical ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos do Estado do Ceará – Sintigrace, para homenagear os 75 anos de fundação do seu sindicato - 13 de abril.

DEFENSORES PÚBLICOS
- Requer sessão solene para homenagear os defensores públicos do Ceará, pelo Dia do Defensor Público - 19 de maio.

Requerimento de providências:

ANALISTAS EM GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
- Solicita as providências necessárias para a nomeação dos candidatos aprovados para analista em gestão dos recursos hídricos da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh).

Requerimento de informações:

CONCURSADOS PARA TRIBUNAL DE JUSTIÇA
- Requer informações por parte da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará a propósito da convocação de aprovados em concurso público do órgão prestado em 2014.

Ofício:

TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL
- Solicita do secretário da Infraestrutura do Estado, André Facó, informações sobre a situação de trabalhadores na indústria da construção civil, que denunciam violações de acordos e direitos trabalhistas, em obras do Governo do Estado, em Caucaia. O ofício foi enviado após o deputado participar de reunião, no dia 12 de março, com uma comissão do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e da construtora Batista Cavalcante. Os trabalhadores compareceram à Assembleia Legislativa para pedir a intermediação do Legislativo estadual.

Por uma economia solidária e o fortalecimento da pesca artesanal

26 de fevereiro

"Entre as formas de associativismo autogestionadas, **a socioeconomia solidária se apresenta como alternativa de geração de trabalho e renda, em favor da inclusão social**", argumentou o deputado Renato Roseno.

Emenda a projeto de lei:

ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Emenda aditiva à mensagem governamental de reforma administrativa inclui dispositivos relativos à socioeconomia solidária e às cooperativas para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Foto: Mandato Renato Roseno

26 de fevereiro

Para o fortalecimento da pesca artesanal, Renato apresentou alterações no projeto encaminhado pelo Executivo que recuperem atribuições esvaziadas com a nova Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura, **como a formação, a profissionalização e o aperfeiçoamento de pescadores e aquicultores e a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento das atividades com práticas sustentáveis e não degradantes do meio ambiente.** "A reforma proposta esvazia as principais as atribuições relativas à pesca artesanal, deixando sem apoio institucional um importante setor econômico e social do Estado", justificou.

Emenda a projeto de lei:

PESCA ARTESANAL

- Emenda aditiva à mensagem governamental de reforma administrativa para incorporar à Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura a integração interinstitucional na execução da política de desenvolvimento da pesca, da aquicultura e da industrialização, dos seus serviços afins e correlatos e a criação e o desenvolvimento de organizações associativistas cooperativistas no Estado, entre outros mecanismos.

7 de abril

Primeira reserva extrativista do Ceará, criada em 2003 pelo Governo Federal, a Praia do Batoque precisa de atenção do poder público municipal. Renato Roseno manifestou apoio aos pescadores que mobilizaram a comunidade para fechar a estrada de acesso ao local porque a Prefeitura de Aquiraz, onde fica a reserva, não realiza a manutenção da via, mesmo tendo recebido recursos para essa finalidade em 2014.

Foto: Mandato Renato Roseno

FORTALEZA

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

4 de fevereiro — Reunião de planejamento do Fórum Cearense de Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA).

12 de março — Reunião com representação regional do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com encaminhamento de fortalecer o diálogo sobre a letalidade de crianças e adolescentes.

17 de março — Visita ao Centro Educacional São Miguel, no Passaré.

27 de março — Mandato participou da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza.

17 de abril — Reunião na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) para tratar sobre o sistema socioeducativo.

Mandato fora do Parlamento, debatendo e buscando soluções

31 de março e 9, 22, 27,28, 29 e 30 de abril

Participação, debate ou palestra sobre redução da idade penal, na Universidade do Parlamento Cearense, durante evento promovido pelo Unicef – Eu e meu município crescendo juntos; no Auditório Luiz Gonzaga, da Universidade Federal do Ceará (UFC); no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-Ceará); na Faculdade Estácio FIC; na Faculdade Farias Brito; além de ato público no Centro da cidade organizado pela Frente Cearense contra a Redução da Idade Penal.

2 de março

DIREITO À MORADIA

Mandato prestou apoio à ocupação do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, em prédio abandonado dos Correios, no Bairro de Fátima.

14 de março

POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE

Como o mandato pode contribuir com os movimentos de juventude? Como os movimentos de juventude podem contribuir com o mandato? Debate no Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - Cuca Mondubim.

26 de março

Palestra no Conjunto Esperança sobre direitos humanos para a juventude, no Colégio Irapuan Pinheiro (foto).

8 de abril

Debate sobre acesso dos jovens à universidade, programação do Fórum de Enfrentamento à Violência contra a Juventude Pobre e Negra, promovido pela Faculdade 7 de Setembro (FA7) e Universidade da Integração Nacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

27 de março

SERVIDORES MUNICIPAIS

Mandato participou de ato por mais segurança no Instituto José Frota (IJF), apoiando iniciativa do Sindicato dos Servidores Municipais de Fortaleza (Sindifort) e se integrou aos preparativos do movimento 1º de Maio Classista.

27 de março e 1º de abril

CONJUNTURA NACIONAL

Debate sobre conjuntura nacional no Auditório Rachel de Queiroz, da Universidade Federal do Ceará (UFC), e no Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto, no Tauape, para jovens das escolas do campo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

7 de abril

ORÇAMENTO PARA A SAÚDE

Reunião para tratar de cortes orçamentários no Hospital de Saúde Mental de Messejana, com grupo de trabalhadores da instituição.

9 de abril

SERVIDORES FEDERAIS

Ato do Fórum Permanente em Defesa do Serviço Público, reunindo, no Benfica, servidores e professores das Universidades Federal do Ceará (UFC), do Cariri (UFCA) e da Integração Nacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

15 de abil

TERCEIRIZAÇÕES

Atividade pelo Dia Nacional de Paralisação contra o Projeto de Lei das Terceirizações, no Centro.

16 de abril

TRÁFICO DE PESSOAS

Mandato participou do Simpósio Internacional sobre Tráfico de Pessoas, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

27 de abril

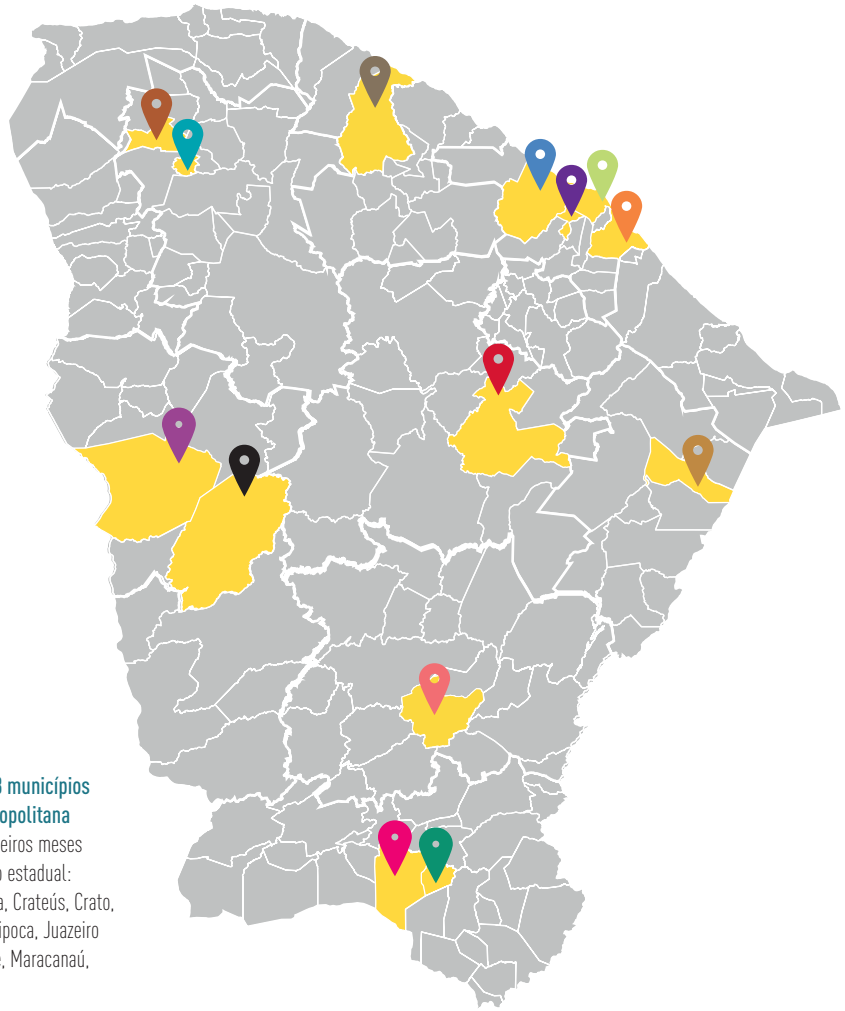
AGROTÓXICOS

Reunião do Fórum Cearense de Combate aos Impactos do Uso de Agrotóxicos, coordenado pelo Ministério Público do Estado do Ceará.

30 de abril

TRABALHO DECENTE

Mandato participou do seminário ¨Do conceito às ações: estratégias para a garantia do trabalho decente no Ceará¨, na Universidade do Parlamento Cearense, iniciativa do Ministério Público do Trabalho no Estado.



Renato Roseno visitou 13 municípios do interior e Região Metropolitana de Fortaleza nos três primeiros meses de mandato como deputado estadual: Alcântaras, Aquiraz, Caucaia, Crateús, Crato, Iguatu, Independência, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Moraújo e Quixadá

QUIXADÁ

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

5 de fevereiro

O deputado Renato Roseno participou da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Quixadá, no Sertão Central.

CAUCAIA

TERRA INDÍGENA

14 de março

Roda de conversa com a etnia Anacé sobre demarcação de terras indígenas, em Cauacaia

.

2 de abril

Mandato prestou apoio a indígenas da tribo Anacé, três deles levados à delegacia em Caucaia, sob acusação de ocupação ilegal da área conhecida como Japuara, embora seja um território originariamente pertencente àquela etnia, hoje sob posse de especuladores. Renato Roseno comunicou à Casa Militar do Governo do Estado denúncias de uso de truculência pela Polícia.

Mandato fora do Parlamento, junto às comunidades do Interior

MARACANAÚ

TERRA INDÍGENA

5 de março

Mandato apoiou ato na entrada da aldeia Pitaguary em Maracanaú para impedir o ingresso de pessoas estranhas que utilizam as margens do açude da comunidade para colocar paredões de som e praticar exploração sexual de crianças e adolescentes, entre outras práticas inadequadas.

DIREITO À MORADIA

25 de março

Ato de apoio à Ocupação Bandeira Vermelha, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

MORAÚJO

RAÇA E ETNIA

21 de março

Visitou Moraújo para conhecer e fortalecer a luta da comunidade quilombola de Timbaúba. Ele se prontificou a fortalecer as demandas de titulação fundiária e ampliação do abastecimento d'água junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Palmares, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e Secretaria do Desenvolvimento Agrário.

INDEPENDÊNCIA

POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE

22 de março

Seminário sobre a descriminalização da juventude em Independência.

QUESTÃO HÍDRICA

22 de março

Romaria das Águas e atividade na Escola Família Agrícola (EFA) Dom Fragoso.

CRATEÚS

QUESTÃO HÍDRICA

23 de março

Ato público regional sobre a questão da escassez de água, seguido de audiência com autoridades municipais e regionais para exigência de um plano de segurança hídrica, em Crateús.

CRATO

DIREITO À MORADIA

28 de março

O deputado visitou a comunidade Baixio das Palmeiras e constatou a sensação de insegurança vivida pelos moradores, que podem ser removidos pelo projeto Cinturão das Águas, em Crato.

DIREITOS HUMANOS

30 de março

Na reunião do Fórum Justiça, no Cariri, debateu as demandas de movimentos por Justiça e Direitos Humanos.

JUAZEIRO DO NORTE

CONTROLE SOCIAL

28 de março

Participou de debate sobre controle social dos gastos públicos realizado na Universidade Federal do Cariri (UFCA).

ALCÂNTARAS

DIREITOS TRABALHISTAS

4 de abril

Assembleia do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Alcântaras, que reivindicam reajuste salarial com reposição da inflação e garantia de direitos, como licença-prêmio, anuênios e pagamento justo de adicional de insalubridade.

LIMOEIRO DO NORTE

MEIO AMBIENTE

21 e 22 de abril

Participou da V Semana Zé Maria do Tomé, em homenagem ao camponês e ambientalista assassinado em 2010 por denunciar os males da pulverização aérea de agrotóxicos na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte.

AQUIRAZ

INFRAESTRUTURA URBANA

26 de abril

Roda de conversa sobre prédios públicos abandonados e vias públicas precárias e inacessíveis, em Aquiraz.

Fora do Ceará e em outro espaços

Deputado Renato Roseno, durante visita ao México, em fevereiro, para falar da experiência brasileira com o Estatuto da Criança e do Adolescente

Com experiência de 20 anos de militância na área de direitos humanos e grande envolvimento com temas relacionados a infância e adolescência, Renato esteve no México, **a convite do Fundo das Nações Unidas para a Infância-Unicef, para falar da experiência brasileira com o Estatuto da Criança e do Adolescente.**

O deputado participou da **Assembleia da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced),** em Brasília, fazendo análise de conjuntura sobre os direitos humanos de crianças e adolescentes.

O mandato do deputado Renato Roseno mantém diálogo com:
- Fórum Ampliado das Universidades Estaduais - Uece, Urca e UVA;
- Fórum Cearense de Mulheres;
- Fórum Cearense de Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Fórum Estadual de Educação;
- Fórum Permanente para Implantação do Parque do Cocó;
- Fórum Unificado dos Servidores Públicos do Estado;
- Frente Cearense contra a Redução da Maioridade Penal;
- Grupo de Trabalho sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

O deputado Renato Roseno participou de atividades de apresentação do PSOL no interior. O momento é o mais adequado para fazer filiações, fortalecer contatos, esclarecer dúvidas sobre as bandeiras de luta e o programa do partido e apresentar o modelo de organização da legenda. Esteve em Independência (21 de março), Crateús (22 de março), Juazeiro do Norte (28 de março), Iguatu (29 de março), Itapipoca (13 de abril) e Quixadá (25 de abril).

Na capital, ele acompanhou a ex-candidata do partido à Presidência da República, em 2014, Luciana Genro, em ato público realizado pelo PSOL, "Por liberdade e por direitos, a saída da crise é pela esquerda".

Foto: Helena Martins

Deputado Renato Roseno participa de atividades da V Semana Zé Maria do Tomé, em homenagem ao camponês e ambientalista assassinado em 2010 por denunciar os males da pulverização aérea de agrotóxicos na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte

Foto: Davi Pinheiro

(Mais do que) números do mandato *É tempo de resistência!*

Um deputado estadual deve propor ou alterar leis; fiscalizar os órgãos governamentais, zelando pelo melhor uso possível dos recursos públicos, a partir do próprio exemplo; e intervir na busca de soluções para melhorar a vida das pessoas, sobretudo de quem mais precisa. Acompanhe uma síntese das iniciativas de Renato Roseno nos três primeiros meses de mandato. São mais do que números.

DISCUSSÕES E INTERVENÇÕES na busca de soluções para problemas que atingem os mais diversos segmentos sociais:
- 30 requerimentos às comissões técnicas para realização de audiências públicas;
- 3 requerimentos para realização de sessão solene;
- 1 requerimento para realização de seminário.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO com acompanhamento das ações, omissões ou possíveis irregularidades dos órgãos públicos nos diferentes níveis de poder:
- 17 ofícios solicitando informações;
- 16 requerimentos solicitando informações;
- 8 requerimentos solicitando providências;
- 1 memorando solicitando informações;
- 1 requerimento de convocação de secretário do Estado para prestar esclarecimentos.

PROPOSTAS E ALTERAÇÕES DE LEIS visando à criação ou aperfeiçoamento de mecanismos legais:
- 15 emendas a projetos de lei do Executivo;
- 3 projetos de indicação;
- 2 projetos de lei;
- 1 Proposta de Emenda à Constituição Estadual;
- 1 projeto de resolução.

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DE GASTOS para utilização adequada dos recursos públicos, evitando desvios e desperdícios: Além do acompanhamento e fiscalização das contas públicas, precisamos dar o próprio exemplo, tratando com zelo o dinheiro que administramos. Um deputado estadual recebe subsídio mensal de R$ 25.322,25 (valor bruto) e tem direito a administrar duas verbas que não entram na conta bancária do parlamentar: Verba de Assessoria e Verba de Desempenho Parlamentar.

Dos 30 requerimentos de audiência pública apresentados nos três primeiros meses de mandato, oito foram com o objetivo de debater questões relacionadas a crianças e adolescentes

Verba de Assessoria - para contratação de assessores

Temos disponível um valor total mensal de R$ 73.039,90, que corresponde a R$ 69.039,90 que cada deputado tem direito mais R$ 4.000,00 de acréscimo para o parlamentar líder de bancada partidária com até oito integrantes, que é o caso de Renato Roseno, único representante do PSOL na Assembleia Legislativa. Em abril, houve um reajuste. Portanto, em fevereiro e março, os valores eram outros: total de R$ 62.400,00, sendo R$ 58.500,00 fixos para cada deputado mais o acréscimo de 3.900,00 por ser ele líder de bancada com menos de oito integrantes. Nos três meses, gastamos menos que os limites totais permitidos:

MÊS	VERBA DE ASSESSORIA (R$)	VALOR GASTO (R$)	Nº DE ASSESSORES	MÉDIA SALARIAL (R$)
Fevereiro	62.400,00	47.470,00	21 assessores	2.260,47
Março	62.400,00	51.790,00	23 assessores	2.251,73
Abril	73.039,90	56.280,90	25 assessores	2.251,23

Verba de Desempenho Parlamentar (VDP) - para despesas de custeio do gabinete

Destinada a viabilizar o exercício do mandato parlamentar, a VDP é disciplinada na Resolução nº 287, de 25 de junho de 1992, com as alterações da Resolução nº 319, de 3 de setembro de 1993, na Resolução nº 435, de 29 de fevereiro de 2000, no Ato Normativo nº 211, de 25 de abril de 2001, no Ato Normativo nº 220, de 14 de março de 2003, no Ato Normativo nº 225, de 11 de junho de 2003 e no Ato Normativo nº 231, de 1º de janeiro de 2005. Temos disponível um valor total mensal de R$ 29.029,12.

A verba está limitada, por gabinete, ao valor correspondente a 75% das despesas da mesma natureza e finalidade estabelecidas pela Mesa da Câmara dos Deputados. O saldo não utilizado no mês pode ser transferido para o mês seguinte, dentro do respectivo exercício. Eventuais saldos negativos, que porventura surjam, são provenientes de anulações parciais ou totais de meses anteriores não pagas. Nos três meses, gastamos menos que os limites totais permitidos:

MÊS	VERBA DE DESEMPENHO PARLAMENTAR (R$)	VALOR GASTO (R$)
Fevereiro	29.029,12	9.430,00
Março	29.029,12	10.001,43
Abril	29.029,12	22.179,46

Serviços autorizados para uso da VDP

TRANSPORTE
-Locação de veículo de passeio
-Locação de veículos tipo van ou ônibus
-Locação de aeronaves de pequeno porte
-Aquisição de passagens aéreas e terrestres
-Utilização de ticket combustível

PUBLICAÇÃO
-Publicação de matérias em jornais, revistas e periódicos, para comunicação e divulgação do mandato
-Serviços gráficos, tais como impressão de jornais, revistas e periódicos, impressão de folders, encadernação, xerox e cópias heliográficas

COMUNICAÇÃO
-Correspondências postais (correios/serviços de entrega)
-Telegramas
-Linhas telefônicas móveis e fixas
-Internet (provedores de acesso, hospedagem de páginas eletrônicas)
-Desenvolvimento de websites
-Serviços de radiodifusão

OUTROS SERVIÇOS
-Seguro de vida pessoal
-Planos de saúde
-Ticket alimentação
-Hotéis, contemplando despesas com -recepções e hospedagem
-Assinatura de revistas, jornais, periódicos
-TV por assinatura
-Trabalhos técnicos de: consultorias e assessorias nas áreas jurídica, orçamentária e financeira, tecnologia da informação e planejamento
- Pesquisas

Textos e edição:
Raimundo Madeira
Projeto gráfico:
Ramon Cavalcante
Diagramação:
Lara Vasconcelos e Ramon Cavalcante
Foto de capa:
Lucas Moreira
Caminhada no Centro de Fortaleza contra a proposta de redução da idade penal

Mandato *É tempo de resistência!*
Deputado Estadual Renato Roseno

Afrânio Castelo
Chefe de Gabinete
Alexsandro Lima
Assessor Regional (Centro-Sul)
Andrea Bardawil
Assessora de Cultura
Angeline Carolino
Assessora Administrativa
Antônio Eronilton
Assessor Regional (Sertão Central)
Benedito Oliveira
Assessor de Articulação da Frente de Esquerda

Caio Feitosa
Assessor de Direitos Humanos (Crianças e adolescentes)
Cecilia Feitoza
Assessora de Meio Ambiente
Ernesto Sales
Assessor de Direitos Humanos (Indígenas e negros)
Hugo Dantas
Apoio da Assessoria Jurídica
Iara Lima
Apoio da Assessoria de Comunicação
Isabel Cavalcante
Assessora de Direitos Humanos (Mulheres)

Jocide Benício
Assessora de Direitos Humanos (Pessoas com Deficiência)
Jonas Menezes
Assessor de Juventude
José Filho
Motorista
Lucas Moreira
Apoio da Assessoria de Comunicação
Lucimar Lima
Assessora Administrativa
Marcelo Ramos
Assessor de Juventude
Margarida Marques
Assessora de Direitos Humanos (Crianças e adolescentes)

Patrícia Oliveira
Assessora Jurídica
Raimundo Madeira
Assessor de Comunicação
Ramon Cavalcante
Designer gráfico
Soraya Tupinambá
Assessora de Meio Ambiente
Talita Furtado
Assessora Jurídica
Vânia Vasconcelos
Assessora Regional (Sertão de Canindé)

RenatoRoseno50

@renatoroseno

@renatoroseno

contato@renatoroseno.com.br

(85) 99864.5050 // (85) 3277.2792

Av. Desembargador Moreira, 2807
Dionísio Torres - Gabinete 314

É TEMPO DE RESISTÊNCIA | DEPUTADO ESTADUAL RENATO ROSENO | PSOL